



**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS – IVO LUCAS**

**PROC. 42/2024\_CMA**

**- AJUSTE DIRETO –**

***CADERNO DE ENCARGOS***



## Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> Objeto.....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> Duração do contrato .....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	4
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS .....	4
Cláusula 4. Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> Data local e duração da realização do espetáculo .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> Dever de informação.....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> Dever de sigilo .....	5
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> Preço base .....	5
Cláusula 9. <sup>a</sup> Preço contratual .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> Condições de pagamento .....	6
CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS, RESOLUÇÃO, SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> Sanções contratuais .....	6
Cláusula 12. <sup>a</sup> Força maior .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> Resolução do contrato .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual.....	8
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS .....	9
Cláusula 15. <sup>a</sup> Caução .....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> Seguros .....	9
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> Foro competente .....	9
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> Patentes, licenças e marcas registradas .....	9
Cláusula 19. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	9
Cláusula 20. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	10
Cláusula 21. <sup>a</sup> Legislação aplicável.....	10

## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por ajuste direto, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alínea d), do Código dos Contratos Público (CCP), que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços artísticos – Ivo Lucas**, de acordo com as condições previstas no presente caderno de encargos, e anexo I - Rider técnico e hospitaleiro – obtido através da consulta preliminar ao mercado nos termos do artigo 35.º A do CCP, o qual faz parte integrante do presente caderno de encargos

2 - À presente prestação de serviços corresponde a categoria **92312200-3 Serviços fornecidos por autores, compositores, escultores, artistas e outros artistas individuais** conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho 2014/24/CE, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos de contratação pública.

#### Cláusula 2.ª Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª Duração do contrato**

O contrato terá início no primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato e mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

#### **Cláusula 4. Obrigações principais do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Comunicar antecipadamente ao Município de Alenquer, logo que tenha conhecimento de qualquer facto que torne, total ou parcialmente, impossível a prestação de serviços, objeto de contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato;
- b) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato que não estejam expressamente atribuídas ao Município de Alenquer;
- c) Promovendo o concerto a realizar nos meios de comunicação social;
- d) Realizar o sound check no horário a indicar pela entidade adjudicante, não podendo exceder esse horário de modo a não interferir com a realização das atividades previstas para o evento;
- e) Realizar a prestação de serviços em integral conformidade com o teor do caderno de encargos e da proposta adjudicada, incluindo o respeito pela data e hora da sua execução;
- f) Cumprir e respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- g) Assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à

prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços é ainda responsável pela qualidade técnica do serviço prestado, correndo por sua conta a reparação de danos e prejuízos causados pela sua falta.

#### **Cláusula 5.ª Data, local e duração da realização do espetáculo**

O espetáculo terá lugar no dia 09 de maio de 2024, pelas 22:00 horas, com duração entre 60 a 90 minutos, e realizar-se-á em Alenquer, no Parque Urbano da Romeira, integrado no evento da Feira da Ascensão 2024.

#### **Cláusula 6.ª Dever de informação**

1 – O prestador de serviços deve informar, de imediato, o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 – O prestador de serviços deve avisar o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos fortuitos ou de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento, ou o cumprimento tempestivo, de qualquer uma das suas obrigações.

3 – O prestador de serviços deve ainda informar do tempo e da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato e, quando sejam possíveis, das diligências que realizou, ou realizará, para obviar a esse facto.

#### **Cláusula 7.ª Dever de sigilo**

1 – O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações e documentação de que ele próprio, os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento e relacionadas com a atividade do Município de Alenquer.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo as informações e a documentação comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER**

#### **Cláusula 8.ª Preço base**

1 - O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, à exceção do cumprimento dos requisitos no rider técnico e hospitalheiro.

2 - O preço base fixado para a presente prestação de serviços objeto do contrato é de **€ 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros)**, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

#### **Cláusula 9.ª Preço contratual**

- 1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
- 2 - O preço referido no número anterior exclui todos os custos, encargos e despesas relacionadas com os Riders técnicos de luz, som e vídeo e o Rider hospitaleiro.
- 3 - Para efeitos do número anterior, o Rider técnico e hospitaleiro, é o que consta da consulta preliminar ao mercado efetuada pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 35.º A do CCP, o qual faz parte integrante do presente caderno de encargos (Anexo I).

#### **Cláusula 10.ª Condições de pagamento**

- 1 - A emissão da fatura pelo Prestador de Serviços deverá ser efetuada após o vencimento da obrigação a que respeita, nomeadamente após a realização do concerto e será paga por transferência bancária.
- 2 - As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 dias, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 299.º do CCP, após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexa, devendo a mesma conter os seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
- 4 - Podem ser propostas outras condições de pagamento, desde que o observado o disposto nos artigos 292º, 299.º e 299.º A do CCP na sua versão atual.

### **CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS, RESOLUÇÃO, SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO**

#### **Cláusula 11.ª Sanções contratuais**

- 1 – Sem prejuízo da resolução do contrato, pelo incumprimento das obrigações contratuais previstas no presente caderno de encargos, o Município de Alenquer pode aplicar sanções, de natureza pecuniária, nos seguintes termos:
    - a) Pelo incumprimento de algumas das obrigações prevista no presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção no valor de 5% do preço contratual;
    - b) Pelo incumprimento da duração da atuação do artista for inferior ao tempo contratualizado será aplicada uma sanção no valor de 15% do preço contratual.
- incumprimento pelo cocontratante.

- 2 - Quando as sanções a que se refere o número anterior, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.
- 3 - No caso em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4 - Os valores das sanções prevista no n.º 1, são deduzidas no pagamento devido pelo Município de Alenquer.
- 5 - O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, em especial pela não atuação do artista Ivo Lucas, nomeadamente pelos prejuízos causados ao Município de Alenquer.

### **Cláusula 12.ª Força maior**

- 1 - Não podem ser impostas sanções ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina o agendamento de nova data para a realização do espetáculo/concerto, a qual será acordada entre ambas as partes.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> Resolução do contrato**

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contrato cessa:
  - a) Por impossibilidade subjetiva permanente, imputável a qualquer das partes;
  - b) Por caducidade, revogação ou resolução;
  - c) Nos demais casos, legal ou contratualmente previstos, ou impostos pelos competentes organismos oficiais;
  - d) Por impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes, de fazer a prestação de serviços, podendo, neste caso, proceder-se à modificação do contrato, nos termos do artigo 311º do CCP;
- 2 - O direito à resolução do contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos do presente caderno de encargos e do CCP.
- 3 - O Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.
- 4 - O prestador de serviços tem direito de resolver o contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável à entidade adjudicante, e por incumprimento por este, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato.
- 5 - A fixação e o pagamento de indemnizações devidas ao prestador de serviços depende sempre de requerimento apresentado por este, na sua qualidade de interessado, acompanhando-o dos respetivos elementos justificativos, num prazo não superior a oito dias, a contar da verificação do fato que lhe deu origem.
- 6 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada à contraparte e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



## **CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS**

### **Cláusula 15.ª Caução**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato. Pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 /prct. do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do nº 3 do mencionado artigo.

### **Cláusula 16.ª Seguros**

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação de serviços, objeto de contrato.

2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços exibir a mesma no prazo de 5 dias.

## **CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 17.ª Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca de Alenquer.

## **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 18.ª Patentes, licenças e marcas registadas**

1 – São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer custos ou encargos decorrentes da incorporação no objeto contratual, ou da utilização no mesmo, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2 – Caso o Município de Alenquer venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 19.ª Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



**Cláusula 20.ª Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

**Cláusula 21.ª Legislação aplicável**

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do mesmo.